

A MEDIDA PROVISÓRIA N. 746/2016 E O REAL MOTIVO DE SE REFORMAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

The Provisional Measure n. 746/2016 and the real reason for reforming high school in Brazil

Julia Galvani Hawthorne –UFSCar/Sorocaba*

Resumo: Em setembro de 2016, 22 dias após a posse do presidente da república Michel Temer, foi sancionada a Medida Provisória 746/2016, responsável pela reforma do Ensino Médio. Essa reforma prevê a alteração do currículo e da carga horária desta etapa de ensino, visando diminuir a evasão escolar e aumentar o interesse dos jovens pelas aulas, já que poderão definir logo no primeiro ano do Ensino Médio sua área de interesse, podendo se aprofundar mais nesta área. Este artigo traz uma breve análise sobre as reais motivações de se investir numa reforma tão urgente, trazendo à reflexão o que o governo espera da escola pública e da escola particular e os reais motivos que levaram o novo governo a estabelecer tão rapidamente as novas regras para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio. Medida Provisória 746/2016. Ensino técnico.

Abstract: In September 2016, 22 days after the inauguration of the government of the president of the republic Michel Temer, was approved the Provisional Measure 746/2016, responsible for the reform of High School. This reform foresees the alteration of the curriculum and the timetable of this stage of education, to reduce school dropout and increase the interest of the young people in the classes, since they will be able to define their area of interest in the first year of High School, in this area. This article briefly reviews the real motivations of investing in such an urgent reform, bringing to the forefront what the government expects from the public school and private school, and the real motives behind the new government to establish the new rules so quickly. the high school.

Keywords: High school reform. Provisional Measure 746/2016. Technical education.

INTRODUÇÃO – A ORIGEM DA REFORMA

No Brasil, a partir da década de 1990, com a Reforma do Estado, os organismos internacionais multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outros) têm orientado as políticas educacionais. O Banco Mundial impõe políticas educacionais há anos em todo o mundo. No Brasil, o governo Collor/Itamar Franco (1990-1994) realizou várias reformas seguindo o modelo neoliberal, desmantelando os serviços públicos e as políticas públicas. O governo FHC (1995-2002) deu continuidade a essas políticas sob orientação do Banco Mundial. (TOMMASI et. al, 1996). Os governos do PT (2013-2016) continuaram atrelados às políticas neoliberais, apresentaram algumas ações que caminhavam na direção de um novo modelo educacional.

No primeiro mandato do governo Lula, no ano de 2007, houve a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em substituição ao Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado no ano de 1996. Nesse mesmo ano, também foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que se trata da regulamentação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios, participação das famílias e comunidade, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, promovendo programas e ações de assistência técnica e financeira (OLIVEIRA, 2009).

Apesar dos avanços, o governo de então retoma o ideário neoliberal dos anos 1990, com o Projeto de Lei (PL) nº 6840/2013 (BRASIL, 2013), e o seu Substitutivo, que visa instituir a jornada em tempo integral do Ensino Médio, a organização dos currículos do Ensino Médio por áreas do conhecimento e

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Campus Sorocaba E-mail: juliagalvanni@gmail.com

propõe ainda alterações de alguns artigos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996, o que o governo de Temer deveria intensificar.

Aos 22 dias da posse de Temer, é exarada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Conforme descrito na Exposição de Motivos, o texto encaminhado ao Congresso Nacional almeja "dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2016a).

Alguns dos aspectos presente do texto da MP nº 746 chamaram imediata atenção da mídia, em especial duas situações: a extinção da obrigatoriedade de quatro disciplinas: Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física; e a possibilidade de lecionar a pessoas com "notório saber" em alguma especialidade técnico-profissional, o que foi visto de forma negativa por grande parte dos profissionais da educação.

A URGÊNCIA EM REFORMAR O ENSINO MÉDIO

A reforma do Ensino Médio, colocada como Medida Provisória tem caráter de urgência. Segundo dirigentes do Ministério da Educação (MEC), a reforma do Ensino Médio é urgente porque é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. E a educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito da educação, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional: o investimento na melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo como aumento da jornada escolar, visando melhores alcances no desempenho escolar; a reestruturação do currículo, ajustando-o às mudanças no mundo do trabalho, em conformidade com a suposta educação do século XXI; a ampliação do número de vagas e a contenção da evasão escolar.

Sintetizando, os principais pontos da MP nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017) são: investir no capital humano visando maior produtividade; modernizar a estrutura curricular flexibilizando por áreas de conhecimento e melhorar os resultados do desempenho escolar.

A ideia de investimento em capital humano para estimular o desenvolvimento econômico é uma concepção de formação humana nos marcos restritos das necessidades do mercado, dando ênfase a conhecimentos que torne o aluno útil para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de aumentar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, ou seja, desenvolver habilidades e competências que possibilitem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. A formação educacional é diretamente articulada com a formação da força de trabalho, sendo esta considerada um dos fatores de produção, assim como o maquinário.

Na globalização neoliberal, a política econômica está focada nas vantagens comparativas dos países como forma de potencializar a competitividade na nova divisão internacional do trabalho. No Brasil as vantagens que encontramos são diversas, como: fartura de recursos naturais que permitem a exportação de matéria-prima e o baixo custo da força de trabalho. A urgência da reforma do Ensino Médio diante de um cenário político-econômico de austeridade, em meio a cortes no orçamento da educação, saúde e cultura se dá na necessidade de produzir mão de obra qualificada para possibilitar o crescimento econômico.

A REFORMA E A FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Na visão dos reformadores, a mudança no currículo pretende eliminar disciplinas pouco interessantes para os adolescentes, o que justifica a grande evasão escolar neste nível. Diante desta perspectiva pode-se analisar dois pontos: A melhoria do ensino, tendo como referencial os critérios de qualidade definidos pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), e os sistemas de avaliação nacional e estaduais, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e a modernização do Ensino Médio, flexibilizando o currículo por áreas de conhecimento, focando a aptidão dos alunos e das escolas.

A grande maioria dos estudantes do Ensino Médio está em escolas públicas. Segundo o MEC (BRASIL, 2015a), em 2014, do total de 49.771.371 matrículas na educação básica, 40.680.590 (81,7%) eram da

rede pública. Segundo PNAD-IBGE (BRASIL, 2015b), somente 56,7% desses jovens, de até 19 anos, concluíram o Ensino Médio. Esses dados constataam que estes alunos são oriundos de camadas populares. Outra questão importante é o mercado de trabalho, ainda que se formem no Ensino Médio profissional passam a compor a estatística da maior taxa de desemprego. O estímulo do Ensino Médio para qualificar para o trabalho se choca com a falta de emprego para quase todos esses jovens. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

É importante salientar que, que nesse novo modelo, haverá oferta de cursos em tempo parcial ou integral; com formação profissional ou não. Haverá cursos técnicos em tempo integral e integrado aos conteúdos do Ensino Médio regular, como no caso dos institutos e centros federal e estaduais de educação técnico-tecnológica. Na relação público-privada haverá o foco na formação para a força de trabalho específica da empresa parceira.

A PROBLEMÁTICA DO NOTÓRIO SABER

Se tratando do docente que atuará no Ensino Médio, o artigo 61, inciso IV, da Medida Provisória n. 746/2016 regulamenta os "profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do *caput* do art. 36". Este profissional não possui formação em licenciatura, o que indica que este desconhece processos didático-pedagógicos, o que poderá causar a piora do que já é precário, ou seja, sucatear o ensino ainda mais.

Os alunos de cursos profissionalizantes serão os mais prejudicados pela questão do notório saber, que são justamente provenientes de classes sociais mais pobres, pois não é interessante para as escolas particulares e para os filhos das classes altas o curso técnico profissionalizante, ou seja, a falta de formação necessária para lecionar é jogada para a escola pública. É possível destacar também que o professor, já desvalorizado no ensino público brasileiro passa a ser ainda mais desvalorizado, já que sua formação é inutilizada, sendo possível a qualquer pessoa lecionar.

No ensino particular, dificilmente serão aceitos professores sem formação, já que os pais, assim como a própria escola exigirão professores capacitados para ensinar seus filhos e alunos, ou seja, professores licenciados. Assim fica evidente o tipo de escola preparada para os pobres e para a elite, e o professor que atuará em cada uma delas, embora isto esteja subentendido na lei. A escola pública então é criada para produzir mão de obra barata para o mercado, e a escola particular é moldada para estimular a evolução intelectual de seus alunos. É evidenciado, no caso de se permitir que não-formados lecionem, a intenção de rebaixar o ensino público a simples formação de força de trabalho para manutenção do capital.

UMA ESCOLA PARA E RICOS E UMA ESCOLA PARA POBRES

Os caminhos que levaram a esta reforma estão contextualizados na atual situação político-econômica do Brasil. Após a posse de Temer o país passou por uma série de medidas impopulares e prejudiciais aos interesses e a soberania popular na nação. No que se refere à educação, todas as discussões feitas a partir das Conferências e todas as metas no Plano Nacional de Educação foram preteridas pelo presidente e a equipe que compõe o Ministério da Educação, também foram ignorados os debates e consultas públicas feitas com entidades estudantis e sindicais, universidades, movimentos sociais e gestores públicos ao longo dos últimos anos. Sendo assim, é possível entender que o Ensino Médio foi reformado desconsiderando a democracia e a construção coletiva, nos deixando claro quais os princípios norteadores da educação brasileira.

Um dos pontos que mais foram criticados dentro da reforma foi a retirada dos componentes de filosofia, sociologia, artes e educação física, priorizando o ensino de língua portuguesa, matemática, física e química, além da realidade social e política, principalmente do Brasil, retirando das escolas discussões sobre filosofia e sociologia, e deve-se salientar que as discussões políticas e sociais brasileiras serão voltadas especialmente aos tempos republicanos, fazendo com que sejam eliminadas das discussões questões relacionadas aos séculos de escravidão que até hoje nos traz consequências.

A reforma, desta maneira, reforça seu caráter tecnicista, bancário e acrítico, que condiciona cada vez mais a educação a uma linha determinista e acentua as diferenças entre a escola do rico e a escola do pobre. A Medida Provisória n. 746/2016 deixa a entender que será possível ao estudante escolher

em qual área do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional) gostaria de se aprofundar, isto nos últimos três semestres do Ensino Médio. Porém, as ofertas das possibilidades ficarão a cargo do sistema estadual de ensino, ou seja, não é garantido que o aluno terá acesso a sua área de interesse no local que reside, sendo obrigado a escolher outro segmento.

Desta forma fica clara a intenção da escola pública de formar pessoas com capacidade de ler, escrever e contar, juntamente a uma formação profissional básica, que permita a essa pessoa fornecer mão-de-obra barata ao setor empresarial. Já o acesso à universidade e o ensino preparatório ficará a cargo das escolas particulares, que reforçarão suas metodologias de ensino em todas as áreas do conhecimento, ofertando a seus alunos todas as disciplinas e possibilitando a eles a vantagem no acesso às universidades públicas. O setor privado lucrará ainda mais e a educação será ainda mais mercantilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Médio brasileiro apresentava (ainda apresenta) diversos problemas, sendo o principal deles a evasão escolar. A reforma do currículo e da carga horária trouxe à população a ideia de que agora será possível ao aluno decidir sua área de aprofundamento, o que é interessante, mas não condiz com a atual realidade do ensino e com a realidade da reforma, já que este aluno não poderá realmente escolher qualquer área, pois algumas poderão não ser ofertadas em sua escola ou seu estado, impedindo este aluno de cursar o que deseja.

Quando se analisa a história por trás da reforma do Ensino Médio, e quando se considera o que já foi conquistado no Brasil em relação a educação vemos que a real intenção em reformar o Ensino Médio está em estabelecer cada vez mais a educação bancária e tecnicista, preparando trabalhadores para mover e estimular ainda mais o mercado e a sociedade capitalista, retirando do aluno oriundo das classes mais baixas a possibilidade de repensar as injustiças sociais que vive e, oferecendo ao aluno de classes mais altas a possibilidade da educação para o pensamento e reflexão, e o acesso à universidade pública.

É preciso compreender que, toda reforma no ensino tem caráter político e econômico que devendo-se atentar aos reais motivos e intencionalismos daqueles que a elaboram. No caso apresentado neste trabalho, é possível ver claramente a intenção do atual governo em estimular a mão-de-obra barata (por meio de cursos técnicos) e distanciar cada vez mais os alunos brasileiros provenientes de escola pública do pensamento crítico, transformando-os apenas em mercadoria.

Desta forma, fazer uma crítica a um sistema educacional elitista, excludente e tecnicista, ainda é um instrumento e argumento válido para a busca na reafirmação e defesa por uma escola que eduque como direito social e não como mercadoria, é lutar por uma escola pública, democrática e laica, formada por profissionais qualificados, licenciados e valorizados, com matriz curricular que atenda às necessidades científicas e produza sim, profissionais capacitados para o trabalho, mas que além disso valorize o pensamento crítico e a educação crítica e humanista, que forme seres pensantes, desfazendo a ideia de que a escola é um local para se aprender a ler e contar, formando apenas eleitores e trabalhadores técnicos, a fim de que sirvam apenas como sustento de uma sociedade injusta, exploradora e elitista.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. G.; SANTOS, M. E. de M. O caráter de classe da reforma do ensino médio. In: *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, n.7/dezembro 2016. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/7-%20o%20carater%20de%20classe%20da%20reforma%20do%20ensino%20medio.pdf> Acesso em 09 dez.2017
- ARRUDA, M. da C. C. *A reforma do ensino médio técnico: ruptura ou cerceamento?* Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.11558> Acesso em 09.dez 2017
- BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Síntese de Indicadores 2015. Brasília: IBGE, 2015b. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintes_e.shtm . Acesso em 09 dez. 2017.

BRASIL. *Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Brasília, DF, set 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm . Acesso em 09.dez 2017

BRASIL. *Número de matrículas na educação básica por dependência administrativa*. Brasil 2008/2014. Brasília: MEC, 2015a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192 . Acesso em 09 dez. 2017.

BRASIL. *Projeto de lei nº 6.840 de 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428 . Acesso em 09 dez. 2017.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, June 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 09 dez. 2017.

FRANÇA, L. Verdades e mitos da MP de reforma do ensino médio: Qualquer um poderá dar aulas?. In: *AppProva*, 2017. Disponível em: <http://approva.com.br/notorio-saber-verdades-e-mitos/> Acesso em 09.dez 2017

MELO, W. As reformas do ensino médio: considerações históricas, educacionais e políticas. In Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Disponível em: <http://contee.org.br/contee/index.php/2016/09/as-reformas-do-ensino-medio-consideracoes-historicas-educacionais-e-politicas/> Acesso em 09 dez.2017

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf> Acesso em: 09 dez. 2017

NETO, E. de C.; LIMA, E. M. de; ROCHA, A. C. Breve reflexão acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na formação do estudante. *Anais do XIII Congresso Educere*, 28-3 de agosto de 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23840_12892.pdf Acesso em: 09 dez. 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. In: *RBPAE*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/download/19491/11317>. Acesso em 09.dez 2017.

REDAÇÃO RBA. Pedagoga diz que reforma do ensino médio aprofunda a desigualdade, 2017. In: *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/02/reforma-do-ensino-medio-e-um-projeto-que-aprofunda-a-desigualdade> Acesso em 09.dez 2017

SOUZA, I. Como a reforma do ensino médio vai mudar a educação brasileira? 2017. In: *Politize*. Disponível em: <http://www.politize.com.br/reforma-ensino-medio/> .Acesso em 09.dez 2017

TOLEDO, L. F. Reforma do ensino médio esbarra em falta de estrutura e recursos, 2017. In: *O Estado de S. Paulo*, 04 jun.2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral.reforma-do-ensino-medio-esbarra-em-falta-de-estrutura-e-recursos.70001824448> Acesso em 09.dez 2017

TOMMASI, I. de.; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, 1996.

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017